



ANÁLISE DA IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANO NO MUNICÍPIO DE PORANGATU/GO À LUZ DA LEI 12.305/2010

ELIANA DIAS FURTADO; MARCILÉIA OLIVEIRA BISPO
elianadfurtado@hotmail.com

Objetivo: A presente pesquisa tem como objetivo analisar a implantação do sistema consorciado intermunicipal de destinação de resíduos sólidos urbanos (RSU), à luz da Lei 12.305/2010 em Porangatu/GO, identificando os requisitos e dificuldades para sua formação. **Método:** Em suma, para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa serão executados os seguintes procedimentos metodológicos: - Coleta de dados secundários por meio de:

1. Pesquisa bibliográfica sobre: resíduos, resíduos sólidos (RS), resíduos sólidos urbanos (desenvolvimento sustentável, legislação aplicada ao meio ambiente, políticas públicas, gestão ambiental, impacto ambiental, município de Porangatu, 2. Entrevistas com profissionais da Secretaria de Meio Ambiente e de Infra – Estrutura da Prefeitura de Porangatu e com o responsável pelo gerenciamento do consorcio intermunicipal, 3. Contato por meio eletrônico (e-mail) com Organizações Não Governamentais (ONG's) do município, 4. Pesquisa documental em órgãos do Estado de Goiás, **Resultados:** O presente estudo constatou que mesmo havendo avanços significativos, a maioria dos lixões localiza-se em municípios de pequeno porte devido à falta de recursos para se adequarem as novas exigências ambientais. Assim a Lei dos Consórcios Públicos oferece um marco regulatório completo para o setor de resíduos sólidos, visto que antes dela não existia legislação específica que tratasse de resíduos sólidos, tendo sido eles abordados sempre dentro de outras leis ambientais e dispositivos legais. A gestão integrada dos resíduos sólidos apresenta benefícios para a qualidade de vida das populações e, seguindo esse raciocínio a PNRS busca enraizar os conceitos utilizados no gerenciamento dos resíduos no hábitos da população e estabelecer mercado.

Conclusão: A Lei dos Consórcios Públicos veio atender a lógica da formação de um Estado Federado, que concebe uma abrangente e multiforme articulação e cooperação entre o poder público das diferentes esferas, o setor econômico empresarial e os demais segmentos da sociedade. Nesse contexto, o consorciamento além de disponibilizar um planejamento regional, ampliando assim a oferta de serviços por parte dos municípios, os consórcios tornam-se instrumentos que permitem ganhos em escalas políticas.

Palavras-chave: Resíduos Sólidos. Gestão Pública. Consórcios Intermunicipais